



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

Informação n.º 031/2020 – SEASP

Brasília (DF), 23 de junho de 2020

Processo n.º: 7.743/20

Jurisdicionada: Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES.

Assunto: Monitoramento de Decisões.

Ementa: Monitoramento de deliberações decorrentes de auditoria integrada. Serviços de acolhimento e proteção social prestados por meio de termos de colaboração. Decisão nº 1.394/2020. Exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus. Resolução TCDF nº 333/2020. Necessidade de celeridade processual. Pela autorização de inspeção em autos apartados.

Senhor Secretário,

Os presentes autos foram autuados com vistas ao monitoramento do cumprimento das deliberações constantes na Decisão nº 4.328/2018, a qual resultou da realização de auditoria integrada na então Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, atual Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES.

2. A referida auditoria foi objeto do Processo nº 10.285/2017 e teve por objetivo avaliar a regularidade, o controle e a transparência da execução dos serviços de acolhimento e proteção social prestados por meio de termos de colaboração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

3. Adicionalmente, mediante o item III da Decisão nº 2.444/2019¹, o Tribunal determinou a juntada ao Processo nº 10.285/2017, com vistas a subsidiar o referido monitoramento, de representação² apresentada pelo Deputado Distrital Leandro Grass, versando sobre possíveis irregularidades nas unidades de acolhimento para crianças, adolescentes e famílias sob a tutela da SEDES.

4. Ainda, por intermédio da Decisão nº 1.394/2020, foi autorizada a juntada de documentos a estes autos, para fins de monitoramento em conjunto com os itens da Decisão nº 4.328/2018, das diligências dispostas nos itens III.a, III.c e III.d da Decisão nº 582/2019³.

5. Esta Decisão foi proferida no Processo nº 28.759/2016, como resultado da análise de mérito das informações encaminhadas pela então SEDESTMIDH/DF relacionadas: a) a irregularidades identificadas em inspeção⁴ do TCDF para a análise de termos de colaboração firmados com diversas organizações da sociedade civil; b) aos apontamentos contidos na Representação nº 5/2018-G3P⁵, sobre a prorrogação de prazo de parcerias sem a devida análise e aprovação das respectivas prestações de contas.

6. Ademais, a Decisão nº 1.394/2020 também trouxe o seguinte dispositivo em seu item V.b:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:
[...] **V** – autorizar: [...] **b)** o exame da regularidade dos termos de

¹ Proferida no âmbito do Processo nº 13.437/2019, nos seguintes termos: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] **III** – autorizar: a) a juntada de cópia da Representação (e-doc 4526F7CE-c) ao Processo nº 10.285/17, com vistas a subsidiar futuro monitoramento de auditoria; [...]”.

² E-DOC 4526F7CE.

³ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] **III** – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que: **a)** exija das Organizações da Sociedade Civil - OSCs a demonstração circunstanciada do preço de mercado de imóveis similares, indicando os motivos ensejadores da diferença do valor das locações efetivadas em relação ao preço médio do arrendamento de unidades imobiliárias da localidade; [...] **c)** conclua e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a análise das prestações de contas indicadas na Tabela IV, bem como das 4 prestações de contas pendentes em relação às parcerias celebradas em 2016, indicadas nos §§ 137 e 143 da Instrução, respectivamente; **d)** disponibilize eletronicamente no site da Pasta todos os documentos decorrentes da análise parcial ou final das prestações de contas analisadas; [...]”.

⁴ Vide Relatório Final de Inspeção, e-DOC FF41DF18.

⁵ E-DOC C78360E7.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020; [...].

7. Como se pode observar, o escopo do monitoramento objeto destes autos é bastante amplo, o que exigirá, pela natureza desse tipo de fiscalização e pela abrangência proposta, um prazo também mais dilatado, a fim de que o trabalho alcance o objetivo a que se destina.
8. Por outro lado, o item supratranscrito remeteu a esse monitoramento o exame de termos de colaboração firmados com vistas a oferecer apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.
9. Destaca-se que, com esse objeto, conforme pesquisa realizada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF –, a SEDES firmou o Termo de Colaboração nº 01/2020⁶, com o Instituto Tocar, e o Termo de Colaboração Emergencial nº 02/2020⁷, com a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias.
10. Nesse contexto, cumpre ressaltar que as fiscalizações relacionadas à emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus têm sido tratadas por esta Corte com prioridade, a fim de que sejam realizadas com maior celeridade e produzam resultados tempestivos. É o que se depreende da Resolução TCDF nº 333/2020, publicada no DODF nº 94, de 20/5/2020, e que dispõe em seus arts. 1º e 2º:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação constante do Anexo I, com o objetivo de orientar a fiscalização das contratações realizadas pelo Governo do Distrito Federal – GDF para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus (SARSCOV-2), agente causador da Covid-19.

Art. 2º Os processos de controle externo relativos à fiscalização prevista no art. 1º deverão ser identificados no Sistema e-TCDF com as expressões "Processo Urgente" e "Covid-19", a fim de propiciar a adequada celeridade processual. (Grifou-se)

⁶ Diário Oficial do Distrito Federal nº 69, de 13/4/2020 (http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/04_Abril/DODF%20069%2013-04-2020/DODF%20069%2013-04-2020%20INTEGRA.pdf), página 32. Consulta em 22/6/2020.

⁷ Diário Oficial do Distrito Federal nº 90, de 14/5/2020 (http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/05_Maio/DODF%20090%2014-05-2020/DODF%20090%2014-05-2020%20INTEGRA.pdf), página 43. Consulta em 22/6/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

11. O plano de ação⁸ mencionado no art. 1º supra, por sua vez, dispõe em sua apresentação:

Este Plano de Ação foi elaborado pela Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex, em atendimento ao Ofício nº 03/2020-GCIM (e-DOC 8F1D6F78), para que as ações de Controle Externo sejam realizadas de maneira coordenada e integrada, observando a legislação que rege as contratações e aquisições públicas, **a fim de possibilitar o máximo aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos disponíveis no Tribunal.** (Grifou-se)

12. Assim, verifica-se que o Tribunal tem dispensado um tratamento diferenciado a tais fiscalizações, com vistas a maximizar o alcance do controle externo durante o período de emergência de saúde pública.

13. Nesse sentido, entende-se que, salvo melhor juízo, caso o exame autorizado por meio do item V.b da Decisão nº 1.394/2020 seja efetuado em conjunto com o monitoramento objeto destes autos, a celeridade necessária ao cumprimento satisfatório desse item tende a ser comprometida, o que pode ser solucionado tratando-o em autos apartados.

14. Outrossim, cabe mencionar que, nos termos do *caput* do art. 123 do RI/TCDF⁹, compete ao relator do processo presidir sua instrução, podendo, nessa condição, determinar, inclusive por provocação da unidade técnica competente, as providências necessárias ao saneamento dos autos.

15. Por fim, acrescenta-se que a análise requerida pelo item V.b da Decisão nº 1.394/2020 demandará o acesso por esta Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP – aos processos autuados pela jurisdicionada em decorrência do Termo de Colaboração nº 01/2020, do Termo de Colaboração Emergencial nº 02/2020 e de outros termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados com objeto similar.

⁸ E-DOC 7E2E2BD0.

⁹ “**Art. 123.** O relator presidirá a instrução do processo e, nessa condição, poderá determinar, mediante despacho singular, de ofício ou por provocação da unidade técnica competente ou do Ministério Público, as providências necessárias ao saneamento dos autos”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

SUGESTÕES

16. Diante do exposto, sugere-se que seja proposto ao senhor relator:
- I. tomar conhecimento da presente Informação (Peça 5, e-DOC C8BC0C04);
 - II. autorizar que o exame de regularidade determinado pelo item V.b da Decisão nº 1.394/2020 seja realizado em autos apartados;
 - III. determinar:
 - a) à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que disponibilize a esta Corte acesso integral aos processos administrativos referentes ao Termo de Colaboração nº 01/2020, ao Termo de Colaboração Emergencial nº 02/2020 e a outros termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, enviando os respectivos links ou tabela contendo o número verificador dos documentos e os respectivos códigos CRC;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para os devidos fins.

À superior consideração.

Assinado eletronicamente

DANIEL SOARES GODOI GOMES DE OLIVEIRA
Assessor



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

De acordo

Ao Exmo. Sr. Relator,

Brasília-DF, 25 de junho de 2020.

assinado eletronicamente

Marcos Aurélio dos Santos

Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e
Segurança Pública